

RESENHA / REVIEW

Revista de  
**LETRAS**

**CASTRO, OLGA; ERGUN, EMEK. *FEMINIST TRANSLATION STUDIES: LOCAL AND TRANSNATIONAL PERSPECTIVES*. NEW YORK: ROUTLEDGE, 2017. 298P.**

Por/By: Naylane Araújo Matos\*

Por/By: Andréia Guerini\*\*

As lutas internacionais de mulheres frente à crise do capitalismo em sua atual forma neoliberal e aos avanços neoconservadores – que acentuam as assimetrias sociais de gênero, de raça, de classe, geográficas e outras no mundo todo – apontam para novas perspectivas no movimento feminista. Um exemplo contundente é a retomada das raízes históricas da data 8 de março (8M), do movimento de mulheres com a classe trabalhadora, que tem articulado greves internacionais de mulheres em diferentes países.

A tradução se coloca como atividade fundamental para tais articulações. Teorias feministas circulam mundialmente por via da tradução, como discutem Claudia de Lima Costa e Sonia Alvarez no artigo “A circulação das teorias feministas e o desafio da tradução” (2013). A solidariedade de mulheres de diversas partes do mundo se otimiza com a tradução, como veremos na discussão a seguir. A viabilização de lutas internacionais como o 8M, necessariamente, depende da tradução, quer seja tradução interlingual, isto é, de uma língua para outra, quer seja em seu sentido mais amplo e metafórico de tradução cultural.

Nesse sentido é que se coloca o volume *Feminist Translations Studies: local and transnational perspectives*, publicado pela Routledge em 2017 e organizado por Olga Castro, professora e pesquisadora dos Estudos da Tradução na Universidade de Aston, Inglaterra, e Emek Ergun, ativista, tradutora e professora dos Estudos de Gênero e da Mulher na Universidade da Carolina do Norte, Estados Unidos. O livro reúne artigos e diálogos de pesquisadoras/es e ativistas de diferentes lugares e áreas de estudo, fomentando uma perspectiva transdisciplinar, local e transnacional para os Estudos da Tradução em sua intersecção com os Estudos de Gênero.

A obra está organizada em três diferentes seções: I. *Feminist Translation in theory*, II. *Feminist Translation in transition* e III. *Feminist Translation in action*, que exploram a centralidade da tradução para as articulações feministas transnacionais, em caráter teórico, prático e didático; reconstróem novos percursos para os Estudos Feministas da Tradução (FTS), ampliando e reformulando essa área de estudo; apontam possibilidades de diálogos e exemplos concretos por via da tradução para fortalecer a luta feminista transnacionalmente.

O conceito de tradução expresso na obra é problematizado por Patricia Hill Collins, professora, pesquisadora e ativista negra, no prefácio à edição. Tradução aqui é entendida em seu sentido mais amplo, extrapolando as questões linguísticas: refere-se à atividade de tradução entre múltiplas comunidades interpretativas. Nesse sentido, a tradução pode desestabilizar as relações hierárquicas na comunicação, uma vez que a/o tradutor/a engajada/o pode se posicionar diante das diferenças valorativas marcadas nas línguas, usando sua localização social para romper com as relações de poder e construir espaços subversivos. Collins argumenta que “espaços de tradução são zonas de fronteiras epistemológicas, em que o conhecimento é construído em meio à confiança” (COLLINS, 2017, p. xiv, tradução nossa<sup>1</sup>). Em outras palavras, as delimitações geográficas expressas nas traduções de uma língua para outra expõem outras fronteiras de ordens política, social, histórica e cultural que precisam também ser traduzidas com confiança e solidariedade por

\*\_

\*\*\_

quem exerce o papel de tradutor/a, que, nessa perspectiva, deve ser ativo, engajado e empático.

Igualmente, as organizadoras do livro, em sua introdução, defendem a tradução como ferramenta de resistência, solidariedade e ativismo interseccional, que atenda a múltiplas agendas e expanda a práxis ocidental dos Estudos Feministas da Tradução, iniciada com as tradutoras feministas quebequenses nas décadas de 1970-80. Embora reconheçam que o volume reúne discussão predominante do contexto europeu e anglo-americano, *Feminist Translation Studies* tem o objetivo de apresentar perspectivas transnacionais para a tradução feminista, com uma abordagem mais interseccional, transdisciplinar e heterogênea para a construção de significados entre fronteiras; demonstrar que a prática de tradução feminista ultrapassa o norte global; problematizar a tradução e o papel da/o tradutor/a na circulação de teorias e práticas feministas entre fronteiras.

O capítulo que abre a primeira seção, “A corpus-based analysis of terminology in Gender and Translation research: the case of feminist translation”, é uma análise de *corpus* da terminologia utilizada nas pesquisas sobre tradução e gênero, apresentada por José Santaemilia, professor da Universidade de Valencia, Espanha. Ele apresenta um panorama da pluralidade da terminologia utilizada nesse campo de estudo, a começar pela consolidação do uso do termo tradução feminista com a prática das tradutoras de Quebec, em 1970. Para o autor, o uso de conceito chaves tão diversos, como *gender and/in translation*, *feminist translation*, *woman and translation*, *translating gender*, indicam crescimento de mulheres nos Estudos da Tradução e de discussões feministas na academia.

No entanto, se por um lado a diversidade de termos indica pluralidade e dinamismo na temática, por outro sugere que as relações teóricas entre Estudos da Tradução e Estudos de Gênero ainda não foram bem exploradas. De fato, essa área de pesquisa pode ser considerada jovem e em consolidação em diversos contextos geográficos, como é o caso do Brasil, onde temos uma ínfima quantidade de traduções de textos dos Estudos Feministas da Tradução, mas também crescente interesse na área, refletido, por exemplo, em dissertações e teses que vêm sendo defendidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC)<sup>2</sup>, nas discussões e trabalhos desenvolvidos em grupos de pesquisas, como o Grupo de Estudos Feministas na Literatura e na Tradução (GEFLIT/CNPq) e na publicação de produções de demais pesquisadoras/es de outras instituições brasileiras. Ademais, apesar da expansão geográfica da área, há predominância do inglês, o que aponta para a importância de discutir as questões geopolíticas dos FTS, e é precisamente o que tem sido feito. Santaemilia também atenta para a necessidade de revisitar criticamente a terminologia utilizada pelos FTS, problematizando sua carga histórica e epistemológica.

Em “Transnational feminist solidarities and the ethics of translation”, Damien Tissot, da Universidade Cornell, Estados Unidos, defende uma prática feminista transnacional a partir de autoras da perspectiva pós-colonial. Seu texto propõe a prática de solidariedade transnacional por meio de políticas de tradução que desafiem as hierarquias de poder consolidadas e perpetuadas ao longo dos séculos. Para o autor,

Solidariedades transnacionais reivindicam uma abordagem igualitária para cruzar lutas feministas entre fronteiras e oferecer uma categoria analítica eficaz para compreender complexidades imbricadas nos legados coloniais, histórias globais, contextos locais e maneiras nas quais as políticas feministas se relacionam a elas. (TISSOT, 2017, p. 29<sup>3</sup>)

A perspectiva de uma solidariedade transnacional, fomentada pela tradução, buscaria, portanto, evitar as oposições entre local e global construídas sobre dicotomias e falsas categorias universais que geram hierarquias entre as próprias mulheres. Nesse sentido, políticas feministas de tradução poderiam reconsiderar e reconfigurar a categoria da “sujeita universal”, compreendendo-a não como norma, mas como ferramenta dinâmica para forjar solidariedades transnacionais; refletir como as formas hegemônicas moldam as experiências de gênero, intervindo com discursos contra-hegemônicos que incorporam diferentes vozes e narrativas; transformar em níveis locais e transnacionais os símbolos patriarcais expressos na linguagem.

Corroborando a ideia de solidariedade transnacional por meio de políticas de tradução feminista, María Reimóndez, tradutora ativista que se reivindica como “Other/Outra” – galega, falante de uma língua não hegemônica, não heterossexual, embora considere o fato de ser uma

mulher branca, doutora, europeia que escreve e publica em uma língua hegemônica –, em “We need to talk to each Other: on polyphony, postcolonial feminism and translation”, defende uma prática de tradução polifônica que favoreça outras vozes. Reimóndez chama atenção para pensar nas lacunas do próprio feminismo transnacional que, por vezes, inclui e celebra a presença de algumas vozes enquanto outras são sistematicamente excluídas. Também provoca ao questionar quem media e de que modo media as falas de feministas falantes de línguas não hegemônicas, já que grande parte das teorias feministas é escrita em línguas hegemônicas, inclusive nos Estudos Feministas da Tradução, como vimos acima. Além disso, há o perigo de que a mediação seja feita por vozes não feministas. Como alternativa, a autora propõe projetos colaborativos de tradução feminista e pós-colonial entre línguas não hegemônicas para questionar e subverter padrões sustentados por línguas hegemônicas. Do mesmo modo, tradutoras feministas precisam estar conscientes da sua posição geopolítica enquanto mediadoras.

O que se põe em pauta no decorrer de vários capítulos do livro é que as diferenças e as hierarquias de poder devem ser compreendidas para além do gênero, incorporando outras categorias de análise – culturais, raciais, classistas, geopolíticas, sexuais, religiosas, entre outras. Tal perspectiva tem sido ampliada nas diversas áreas do conhecimento em seu diálogo com os Estudos de Gênero, desde o início dos anos de 1980, fomentada pelo chamado “feminismo da diferença”, quando houve um crescente debate do feminismo norte-americano, por parte das feministas não-brancas, principalmente as negras, questionando que a opressão das mulheres não poderia ser entendida somente pelo viés da diferença de gênero, mas também pelas múltiplas diferenças entre as próprias mulheres (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 692).

Ao problematizar tais questões, no capítulo “Translation and the circuits of globalization: in search of more fruitful feminist dialogues in contemporary Spain”, Lola Sánchez, da Universidade de Granada, Espanha, toma como *corpus* traduções espanholas da série “Feminismos” – que visam difundir os Estudos de Gênero, da Mulher e Feminismos – com o objetivo de construir uma cartografia política da tradução. Sua análise demonstra o papel central da tradução na difusão das teorias feministas, que ainda são eurocentradas e, portanto, é necessário refletir sobre as políticas de tradução e as relações de poder e processos de inclusão e exclusão que permeiam as traduções de escritos feministas. A autora define políticas de tradução como:

uma compreensão do fenômeno da tradução como o resultado de um processo de tomada de decisões (incluindo omissões) que envolve – deliberadamente ou não – uma agenda que determina qual, como, quando, para quem e por que um texto é traduzido ou não. (SÁNCHEZ, 2017, p. 574).

Esse modo de pensar políticas de tradução, redefine a tradução como um ato não neutro, que envolve, produz e perpetua relações de poder entre culturas. Tradução, nesse sentido, participa da construção, disseminação, reformulação e transformação do conhecimento, podendo ser uma tradução responsável ou irresponsável, como coloca Raul Gairola no capítulo “A manifesto for Postcolonial Queer Studies”. O professor do Roorkee Instituto Indiano de Tecnologia apoia-se nas definições de traduções responsável e irresponsável de Spivak (1993) para abordar a arbitrariedade da tradução e como há, historicamente, uma direção unilateral da tradução de línguas colonialistas para línguas não hegemônicas que também privilegia os discursos *queer* dominantes, por isso, Gairola propõe e defende uma metodologia para os Estudos Queer da Tradução com viés pós-colonial, dada a necessidade de descolonizar e romper com a lógica heteronormativa que permeia a tradução.

Em “Gender travelling across France, Germany and the US: the feminist gender debates as cultural translations”, Cornelia Möser, pesquisadora em Paris, apresenta e problematiza a viagem de conceitos dos Estudos de Gênero nos contextos da França, Alemanha e Estados Unidos. Interessante observar o que aponta a autora: as traduções francesas e alemãs do termo inglês *gender* nem sempre rompem com o binarismo e se apoiam na diferença sexual entre homens e mulheres. Dessa forma, observa-se que a viagem de teorias de gênero, por meio de traduções, não necessariamente desestabiliza os sistemas de opressão que buscam, justamente, subverter, e muitas vezes acabam por reforçar ideias da cultura de chegada, como o nacionalismo. Para não cair nas próprias armadilhas da tradução, é necessário reconhecer as diferenças sem essencializá-las, criando um terceiro espaço, o espaço da tradução, o espaço da diferença.

No sétimo e último capítulo da primeira seção, “Pedagogies of Feminist Translation:

rethinking difference and commonality across borders”, as organizadoras Olga Castro e Emek Ergun apresentam um texto metodológico com um modelo curricular que inclui a tradução feminista como ferramenta pedagógica para promover igualdade e justiça social. Sabemos que as dificuldades de implementar uma agenda feminista nos currículos educacionais tornam-se cada vez mais acentuadas diante dos valores neoliberais que têm definido a pesquisa e o ensino, como salientam as autoras.

Castro e Ergun defendem, no entanto, que é nossa tarefa como professoras feministas introduzir a/os estudantes a esta diferente perspectiva e convidá-las/los a deixar suas zonas de conforto. Uma abordagem de tradução feminista em sala de aula possibilita a/os estudantes “explorar a tradução como uma forma de repensar diferença e similaridade além das fronteiras e praticar cidadania planetária” (CASTRO; ERGUN, 2017, p. 95<sup>s</sup>). Para as autoras, a práxis da tradução feminista tem os objetivos de reconhecer a divisão do trabalho; intervir na sociedade colonial e heteropatriarcal; e encorajar mulheres a se engajar nos diálogos críticos e mudanças epistemológicas para subverter bases sociais desiguais.

Na mesa-redonda “A cross-disciplinary roundtable on the feminist politics of translation”, que configura a segunda seção do livro, sete pesquisadoras de diferentes espaços geográficos – Richa Nagar, Kathy Davis, Judith Butler, Ana Louise Keating, Claudia de Lima Costa, Sonia E. Alvarez e Ayse Gül Altınay – respondem perguntas a Olga Castro e Emek Ergun. O diálogo perpassa a tradução como ferramenta para o ativismo feminista; a descolonização da tradução; a tradução de conceitos feministas; a despolitização de determinados conceitos por via da tradução; a diferença em tradução; além de como o contato das pesquisadoras com outras realidades geográficas transformam suas práxis.

A terceira seção apresenta exemplos de como a tradução feminista – não restrita às mulheres – opera em contextos locais e transnacionais. Justine M. Pas e Magdalena J. Zaborowska, ambas professoras em universidades norte-americanas, defendem, no capítulo “The other women’s lives: translations strategies in the Global Feminisms Project”, a necessidade de manter as marcas de diferenças nas traduções, apresentando exemplos de estratégias de traduções feministas utilizadas em traduções em inglês de entrevistas de um projeto transnacional de história oral, envolvendo as línguas polonesa, chinesa, hindu e tâmil. As autoras argumentam que a tradução feminista pode usar estratégias para situar as vozes e narrativas de participantes de línguas não hegemônicas. No projeto, vemos como estratégias da escola canadense de tradução feminista, como *supplementing* e *footnoting*, podem ajudar na recepção da diferença em tradução, favorecendo o feminismo transnacional e incluindo as diferentes vozes de mulheres ao redor do mundo.

A seguir, em “En-gendering translation as a political project: the subversive power of Joyce Lussu’s activist translation(s)”, Annarita Taronna, da Universidade de Bari, Itália, apresenta o engajamento político de Joyce Lussu e examina seu método de tradução em uma perspectiva interseccional. Lussu foi uma ativista engajada na luta antifascista, cujo contexto de resistência a expôs ao contato com outras visões de mundo e ideologias de poetas revolucionários de Moçambique, Angola, Turquia e Vietnã, que ela desejou apresentar ao público italiano por meio de suas traduções. Seu método de tradução desestabiliza os métodos tradicionais da atividade tradutória, emergindo um modelo polifônico, colaborativo, participativo e subversivo, atento às questões sociais e políticas da obra e não às questões linguísticas e estéticas. Lussu não conhecia a língua nativa dos poetas que traduzia. Sua tradução se dava pelo seu encontro pessoal com os poetas, que utilizavam línguas intermediárias para explicar as obras literárias e, portanto, a oralidade era posta como central para a tradução. Para Taronna, o trabalho de tradução de Lussu desafia a transposição linguística, redefine o papel da tradutora e da tradução, abraça uma nova concepção de língua e literatura, fomenta empatia e possibilita desestabilizar relações de poder para além do gênero.

Ainda no contexto italiano, no capítulo “*Donne è bello* and the role of translation in the migration of ‘consciousness-raising’ from the US to Italy”, Elena Basilio demonstra como tradutoras feministas criaram textos alvos, a partir de textos feministas norte-americanos, para atender as necessidades políticas das leitoras alvos na Itália. *Donne è bello*, analisado no capítulo, é uma das primeiras publicações de coletivos feministas italianos. As estratégias utilizadas em sua tradução são entendidas por Basilio como uma maneira de elevar a consciência das ativistas locais. Na mesma perspectiva, mas no contexto espanhol, em “*Rote Zora* in Spanish: anarcho-feminist activism in translation”, Sergi Mainer examina as estratégias de tradução anarcofeminista utilizadas

pelas tradutoras anônimas de *Rote Zora*. A reflexão de Mainer versa sobre poder e autoridade em tradução e como as tradutoras anarcofeministas desconstruem as hierarquias entre texto fonte e tradução, autor/a e tradutor/a e leitoras/es, propondo uma ideia de igualdade interpretativa. Essas traduções se colocam como formas de resistência ao capitalismo e ao patriarcado e sugerem novas formas de exercer poder sem autoridade, favorecendo discursos, quer seja por meio de paratextos, quer seja por meio da subversão da linguagem na tradução, que visam combater o sistema societal de dominação.

O capítulo “Feminist paratranslation as literary activism: Iraqi-writer-activist Haifa Zangana in the post-2003 US”, escrito por Ruth Abou Rached, pesquisadora de Estudos Árabes, tem foco na paratradução, ou seja, a tradução de paratextos. Rached aponta a paratradução como importante ferramenta analítica para os Estudos Feministas da Tradução e práticas feministas neocoloniais pós-invasão dos EUA no Iraque em 2003, analisando as alterações que os paratextos fizeram na perspectiva da obra *Dreaming of Baghdad*, da ativista política iraquiana Haifa Zangana, traduzida para o inglês pela New York Feminist Press em 2009. Outra crítica de tradução é apresentada em “The translator and the transgressive: encountering sexual alterity in Catherine Millet’s *La vie sexuelle de Catherine M.*”, por Pauline Henry-Tierney, da Universidade Newcastle, concernente à tradução da obra autoficcional *La vie sexuelle de Catherine M.*, do francês ao inglês. A autora explora a relação entre tradução e alteridade sexual, na qual a tradutora Adriana Hunter – cuja subjetividade sexual difere contundentemente da subjetividade sexual da autora Catherine Millet – encontra na tradução uma possibilidade de reexaminar sua própria subjetividade pelo confronto com o texto fonte. Essa exposição à alteridade provocada pela tradução é precisamente o que defendem Castro e Ergun no capítulo já mencionado.

Por fim, o último capítulo, assim como o antepenúltimo, exemplifica a tradução de movimentos de contextos globais para contextos locais. No antepenúltimo “Slut in translation: the SlutWalk Movement from Canada to Morocco”, Rebecca S. Robinson, da Universidade Estadual de Kennesaw, EUA, aborda o movimento “SlutWalk”, iniciado em Toronto (2011), diante da violência sexual contra as mulheres, em sua viagem para o Marrocos. A fim de se adequar ao contexto local, as marroquinas modificaram o nome do movimento, demonstrando que conexões entre o “SlutWalk” em Toronto e Marrocos não se davam necessariamente em níveis lexicais e linguísticos, mas principalmente em nível temático. Igualmente, no último capítulo “Displacing LGBT: Global Englishes, activism and translated sexualities”, Serena Bassi, da Universidade de Cardiff, Reino Unido, argumenta que práticas translinguais podem reproduzir ou rejeitar terminologias e narrativas globais. A autora explora a construção de subjetividades sexuais por via da tradução, analisando o projeto multilingual LGBT “It Gets Better”, iniciado nos EUA, em sua localização italiana. Em ambos capítulos, é possível perceber de que maneira ocorre a tradução de termos globais – leia-se, do inglês – para contextos locais.

Em suas distintas áreas de estudos, os feminismos têm buscado incorporar em suas análises e práticas a intersecção de gênero com outras categorias que geram hierarquias na divisão de poder. Não tem sido diferente nos FTS, por isso *Feminist Translation Studies* pode ser compreendido como uma reformulação e ampliação das teorias e práticas hegemônicas de tradução feminista. Ademais, é um livro que nos apresenta a tradução feminista como uma forma de ativismo, além de abordar essa prática de tradução engajada em meio às teorias feministas em suas diversas áreas do conhecimento, portanto, para além do campo da tradução. Isso o torna uma obra de referência para diferentes leitoras/es, pesquisadoras/es e ativistas que veem na articulação feminista uma possibilidade de subversão de bases sociais desiguais. Também, a participação plural e diversificada de 25 pesquisadoras/es, com suas respectivas áreas de atuação, confere à obra um caráter polifônico, que permite entender e refletir sobre outros contextos geopolíticos, históricos e socioculturais, redirecionando o futuro dos Estudos Feministas da Tradução para além da perspectiva já proposta pela tradução feminista no ocidente.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (org.). *Feminist Translation Studies: local and transnational perspectives*. New York: Routledge, 2017.

COSTA, Claudia; ALVAREZ, Sonia. A circulação das teorias feministas e o desafio da tradução. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2013.

COSTA, Claudia; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, 2005.

## NOTAS

- 1 Todas as traduções da obra resenhada são de nossa autoria.
- 2 [Spaces of translation are epistemological border zones, where knowledge is constructed via trust.]
- 3 Disponíveis em: <http://ppget.posgrad.ufsc.br/teses-e-dissertacoes-pget/>
- 4 [Transnational solidarities claim an egalitarian approach to cross-border feminist struggles and offer a useful analytical category to understand intertwined complexities of colonial legacies, global histories, local contexts and the ways in which feminist politics relate to them.]
- 5 [an understanding of the phenomenon of translation as the result of a decision-making process (including omissions) involving – deliberately or not – an agenda that determines what, how, when, for whom and why a text is translated or not.]
- 6 [to explore translation as a way of rethinking difference and commonality across borders and practicing planetary citizenship.]